



**MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JOSNEI ROSA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL  
DOS VEREADORES DE CAMPO MAGRO – ESTADO DO PARANÁ.**

**REFERÊNCIA.: VETO PARCIAL AO PL Nº. 001/2021**

**CLAÚDIO CESAR CASAGRANDE**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº.461.196-0, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.607.539/0001-76, situado na Rodovia Gumercinco Boza (Estrada do Cerne), 20.823, km 20, Centro, Campo Magro, Paraná, Brasil, CEP 83535-000, comparece respeitosamente perante Vossa Excelência, na forma e no prazo do §2º do art. 56 da Lei Orgânica deste Município para apresentar

**RAZÕES DO VETO**

ao Projeto de Lei nº 001, de fevereiro de 2021, proposto pelos Vereadores Márcio Bosa e Cristina Balestra, o que faz, pelas razões e fundamentos que passa a expor:

Município de Campo Magro – Rodovia Gumercindo Boza, número 20.823, Bairro Sede, CEP – 83.535-000.



**MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

**I. SÍNTESE**

1. O Projeto de Lei (PL) em questão autuado sob o nº. 001 de 2021, dispondo sobre o programa Maria da Penha Vai à Escola, conforme se depreende da epígrafe e do texto do PL.

2. Todavia, **impõe-se vetar o inciso VI do art. 1º do referido Projeto, haja vista a inconstitucionalidade formal, o qual assim dispõe:**

“VI – Formar e orientar os educadores para o desenvolvimento de atividades no âmbito escolar, com a finalidade de desconstruir a cultura de violência doméstica e familiar em desfavor da mulher”.

**II. RAZÕES**

3. O veto faz-se imperioso tendo em vista que o mesmo afronta cabalmente, por analogia, o disposto no artigo 63, inciso I da Constituição da República de 1988, ao qual *in verbis*:

*Art. 63. Não será admitido aumento da despesa prevista:*

*I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º;*

4. **O Projeto de Lei proposto por esta Casa de Leis gerará um aumento de despesa não computado pelo Executivo Municipal.** Certo é, de que o presente dispositivo almeja





**MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

preservar a autonomia dos poderes, fazendo com que o Legislativo seja impedido de invadir a competência do Poder Executivo.

5. Em se tratando de matéria envolta de aspectos financeiros, patente a competência do Prefeito Municipal em apresentar projetos de lei que tratem desta matéria, tanto é que o artigo 54, inciso I da Lei Orgânica Municipal assim dispõe:

**Art. 54** – *Não será admitido aumento da despesa prevista:*

*I – nos projetos de iniciativa popular e nos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, ressalvados neste caso os projetos de leis orçamentárias;*

6. Consoante a hermenêutica do artigo supramencionado, não se fazem necessárias maiores discussões acerca da competência para edições desta matéria, uma vez que se faz literal a conclusão de que **competete privativamente ao Chefe do Executivo Municipal a destinação de recursos, não sendo admitido portanto o aumento de despesas na forma pretendida.**

7. Sob essa mesma égide, no que concerne a separação de poderes ao qual é ferida cabalmente através do Projeto de Lei vetado, nossa Constituição Federal preconiza em seu art. 2º que:

*“São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.”*



**MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

8. A separação dos poderes é tão importante para a manutenção do Estado que a Constituição erigiu à categoria de cláusula pétrea nos termos do § 4º do Art. 60, não sendo, portanto, passível de alteração sequer por emenda Constitucional.

9. Em consonância com a Constituição a Lei Orgânica do Município de Campo Magro dispõe:

*Art. 9º O Governo Municipal é constituído pelos Poderes Legislativo e Executivo, independentes e harmônicos entre si.*

10. A independência entre os Poderes significa que cada qual exercerá sua competência constitucionalmente estabelecida, ou seja, os poderes devem deliberar e agir em esferas determinadas, não reconhecendo um superior entre si, porém ao mesmo tempo harmônicos, que se entendem, que se auxiliam e colaboram para um mesmo fim.

11. Como ensina Marçal Justen Filho, “Toda a doutrina tem dificuldade para explicar o conteúdo material da função atribuída preponderantemente ao Poder Executivo.”

12. Em síntese compete ao Poder Executivo administrar, pensando na função administrativa sob vários aspectos,





**MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

mas com o objetivo de satisfazer os interesses essenciais da coletividade e compete ao Poder Legislativo fiscalizar aquele, além de editar leis.

13. Conclui-se, portanto, que o Projeto de Lei ora vetado está eivado de inconstitucionalidade formal, visto que o conteúdo do mesmo padece de vício de iniciativa, sendo vedado pela Constituição Federal, em seu artigo 63, inciso I, a propositura do Projeto de Lei.

**III. CONCLUSÃO**

14. Pelo exposto, estas são as razões do veto ao Projeto de Lei nº. 001/2021 que deve ser mantido.

15. Espera-se o recebimento, conhecimento e acatamento destas razões de veto, na forma da fundamentação supra.

16. Por oportuno, renovam-se os protesto de admiração e respeito a este respeitabilíssimo Presidente por toda diligência e comprometimento empregado estando à frente desta augusta Casa Legislativa.

Campo Magro-PR, 30 de março de 2021.

**CLAUDIO CESAR CASAGRANDE**  
**Prefeito Municipal**

**GYDEON PEREIRA FRANÇA**  
**Procurador Geral do Município**  
**OAB/PR 90.131**



**Câmara Municipal de Campo Magro - PR - Campo Magro - PR**  
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo



000051

**COMPROVANTE DE PROTOCOLO - Autenticação: 02021/03/30000051**

|                       |                                   |
|-----------------------|-----------------------------------|
| <b>Número / Ano</b>   | 000051/2021                       |
| <b>Data / Horário</b> | 30/03/2021 - 15:05:36             |
| <b>Assunto</b>        | VETO PARCIAL AO PL Nº 001/2021    |
| <b>Interessado</b>    | PREFEITO CLAUDIO CESAR CASAGRANDE |
| <b>Natureza</b>       | Administrativo                    |
| <b>Tipo Documento</b> | Requerimento                      |
| <b>Número Páginas</b> | 5                                 |
| <b>Emitido por</b>    | Bruna                             |